

TERRITÓRIOS VIRTUAIS

Prof. Wladimir Garcia
Universidade Federal de Santa Catarina

Se toda a desterritorialização implica em território, como querem Deleuze e Guattari, o pensamento move-se no sentido de sua espacialização, em meio aos vetores que configuram seu campo de forças. Neste sentido, é possível avançar dos territórios numéricos, seja na geopolítica que define áreas de domínio (a propriedade, o estado, etc.), seja nas operações divisivas dos controles culturais (o cânone, a mídia e outras ficções de controle), até uma virtualização das potências simbólicas. É neste espaço, virtualizado, que territorialidades imanentes podem emergir como resistência ao pensamento presente, com as mediações excludentes sendo substituídas por zonas de intensidade, ou conjunções transformativas, que configuram a contaminação conceitual como processo desencadeador daquele espaço crítico.

A demarcação de territórios acompanha a história das idéias, tendo alcançado uma formalização mais completa a partir da Idade Média com a formação dos estados nacionais, num longo percurso de articulação da máquina racionalizante que envolve as metamorfoses das máquinas de captura, a idéia de estado moderno e suas estratégias de controle, até a exasperação foucaultiana: o poder em toda a parte. Vale dizer, seguindo a classificação proposta por François Châtelet e outros, desde o Príncipe-Estado, com a noção de potência soberana em Maquiavel, ao estado contratual em articulação com o sujeito moral kantiano; o Estado-Nação, com a vontade do povo como fundamento da República às doutrinas conservadoras e imperialistas de Estado; o Estado-Sociedade, envolvendo o espírito positivo e o evolucionismo no final do século XIX, seguido pela crítica do Estado burguês desde um ponto de vista da crítica econômica da sociedade com Marx, até os socialismos utópicos e as sociedades fora do Estado; o Estado-gerente com as variantes humanistas; o Estado-Partido e o fortalecimento da idéia mesma de

Estado no imperialismo stalinista; o Estado-força nas direitas contra-revolucionárias da primeira metade do século XX, o nazismo e o fascismo, modelos tributários de uma *bioideologia*; a Nação-Estado, envolvendo os imperialismos de esquerda nas variantes do social-internacionalismo, do populismo e da guerra popular cubana; o Estado-Cientista, desde a concepção weberiana da ciência da sociedade, à contestação deste mesmo Estado-Cientista pela Escola de Frankfurt; à própria indagação, enfim, da idéia de estado em Reich, Arendt, Merleau-Ponty, Foucault, Freud-Marcuse, Deleuze-Guattari, Lyotard e Baudrillard, seja pela investigação do totalitarismo, do questionamento da história, às leituras das estratégias de poder e à própria questão do estado frente ao declínio das metanarrativas.

Em todas estes *platôs* de tempo, que se entrecruzam, anunciam e coexistem, a constituição de territórios, suas desterritorializações e reterritorializações, organizam-se e se desconstroem incessantemente, máquinas que se acoplam, se interpõe e se capturam. Espaços perpetuamente em construção ou em colapso, onde atuam regimes despóticos ou virtuais que desbloqueiam as contigências em favor de linhas de vôo, como resistência aos dualismos que são o inimigo do pensamento, em favor do pluralismo do território como forma de evitar desesperadamente ser reafirmado no Um, no unitário, ainda que para isto seja preciso justamente sondar as dualidades, invocar-se uma somente para desafiar outra, reterritorializar sobre as linhas de fuga que não cessam também, por sua vez, de desestabilizar o instituído. Uma desterritorialização depende de sua relação como o exterior desde um saturamento dos seus *milieus* internos. Neste sentido, é um poder positivo com diferentes graus de estratos e limiares, e tem na reterritorialização, no novo arranjo dos elementos heterogêneos que agencia, a sua dobra ou complemento. Aí, os movimentos locais demarcam alterações externas: deslocamentos e novas figuras espaciais dependem de relações diferenciais que surgem pela variação nos limiares de intensidade em relação aos outros espaços que o envolvem ou pelos quais cruza. A potência ou

virtualidade que vai definir este território é um estado de absoluta desterritorialização, um estado de matéria não formada, energia do caos.

Num certo sentido, segundo as proposições de Deleuze/ Guattari, os territórios vinculam-se aos signos: *signos indexados* são territoriais, *símbolos* são signos desterritorializados e *ícones*, onde há representatividade *sob* perda ou em fuga, são signos de reterritorialização, de renomeação do dado, de não-conversão ao mesmo Um. Nesta mesma direção é que falávamos em instâncias territoriais geopolíticas, simbólicas e virtuais, operadas por máquinas de abstração que habitam os planos e são capazes de desestratificá-lo, de redistribuir a matéria no plano, sem um traçado prévio diretivo: elas são capazes de desenhar o Plano ou o Corpo que emerge. Neste plano, desestratificado, os graus de desterritorialização vão perder os seus valores de positividade: o próprio fascismo desterritorializou a soberania em relação ao indivíduo em favor do Estado-nacional, ainda que para reterritorializá-la num regime despótico de signos ou como no caso das grandes linhas de desterritorialização nas quais pequenos grupos de descobridores traíram a todos: companheiros, índios, vizinhos exploradores, na louca tentativa de encontrar uma raça que marcasse um novo começo. Os movimentos, portanto, associam-se a regimes de sinais, seja o movimento de expansão circular que define a transição de território para território, demarcando-os conforme a genealogia, seja o movimento de totalização que define os livros regidos por um *corpo de paixão*. As variações de velocidade dos movimentos de desterritorialização definem a questão da formação dos corpos: a desterritorialização das paisagens como mudança de faces ou de condição animal para humana.

Vale repetir: nós tendemos sempre a uma reterritorialização, o que não implica em fazer de nós mesmos um novo corpo primitivo, um novo homem ou animal sem face. Não há nesta dinâmica de territórios um retorno, mas há sempre uma composição de linhas quebradas que entram uma na outra sem conquistá-las, como num amor não subjetivo. Trata-se aqui, sobretudo,

de atos experimentais de deslocamento e refuncionalização, por meio de *micromovimentos* que redistribuem as segmentações finas de um modo inteiramente diferente. A exasperação deste movimento amoroso seria tornar-se imperceptível ao deixar de ser alguém para encontrar o seu duplo no fim desta linha tornada absoluta na sua desterritorialização.

O que habita os territórios são primariamente fluxos que operam entre si por conexão, acelerando o espaço comum dividido ou por conjunção, acumulando linhas de vôo, reterritorializando-as em um novo fluxo. O que caracteriza, entretanto, a sobrecodificação de um estado primitivo de segmentaridade, no qual o espaço social é constituído por linhas rígidas e territoriais, é o aparato de Estado do qual falávamos no início. Um estado torna-se autoritário justamente quando no lugar de efetuar uma máquina de sobrecodificação geral, identifica-se com ela, reterritorializando neste vaso fechado mediante o artifício do vazio. Ou seja, ao tornar os segmentos rígidos, cria um centro de poder. Desta sobrecodificação estendem-se segmentações finas com suas difusões e interações: ou seja, procura-se sempre imobilizar ou estabilizar a máquina de mutação em um máquina de sobrecodificação.

Estes movimentos processuais que vimos tratando atuam no próprio devir humano. Sendo assim, o tornar-se outra coisa dá-se por um movimento pelo qual a linha livra a si mesmo do ponto e produz pontos indiscerníveis. Neste quadro, o imigrante, por exemplo, opera por reterritorialização, uma vez que reafirma um outro espaço, ao passo que o sedentário vai fixar o espaço segmentar da terra, mediatizado por um regime de propriedade, ou seja, por um aparato de Estado. Entretanto, a figura do nômade, vai expressar um movimento desterritorializado por excelência, na medida em que não preserva os pontos, terras ou caminhos, ou seja, a sua relação com a terra se dá por deslocamento, por uma ação que desorganiza o território definido segundo os princípios do Estado.

O que vimos até aqui foi uma decodificação dos modos de efetuação da animação dos territórios. Vale frisar, portanto, que o território é inseparável da desterritorialização a que está eventualmente sujeito, da mesma forma que o código em relação à sua decodificação. A própria decodificação de cada agrupamento de heterogeneidades do espaço estende-se por fluxos de deslocamento, de um arrastar que é compor. Neste sentido, o território ganha em potência virtual, na medida em que é carregado para o seu fora por aqueles fluxos. O plano que conjuga o espaço é definido aqui pelas relações de velocidade e flutuação seja entre os elementos ainda sem forma, seja pelas composições e formações intensivas.

A desterritorialização desprovida aqui de valores morais prévios, engendra a sua própria positividade enquanto linha em fuga sempre relativa, mantendo-se atenta ao território: seja o ser, o livro, um sistema, um espaço simbólico. O campo dos regimes de significação tendem, entretanto, a cristalizar significantes ou significados – reterritorializando-os, direcionando a linha numa curva negativa. Permanece, porém (com todo o peso do paradoxo) o caráter duplicado do território: itinerante e aberto, de acordo com as qualidades de multiplicidade nele operantes. Por fim, a própria terra é uma desterritorialização por excelência, desde a sua relação com Cosmos, drenado como materialidade para a matéria terra pelos seres humanos, reinaugurada, por isso, a cada agrupamento, refrão ou ritmo formado entre as matérias. Só aí pode-se pensar um absoluto: enquanto movimento qualitativamente diferente das relatividades, destacando um corpo múltiplo na maneira de um vórtex, ou de um plano de consistência que captura linhas em fuga. As medidas do excesso, do transcendente ou do indiferenciado não conseguem dar conta deste plano a um só tempo intensivo, imanente e relacionando diferenças. Se se tornam relativas ou negativas, as linhas de desterritorialização vão sobrecadificar a terra e interromper os fluxos. O que está em jogo no coração do território é, portanto, trazer o Cosmos para a terra, pelas linhas de criação que

atravessam as mutações. São máquinas de abstração que operam dentro de cada agrupamento que vão efetuar - como *platôs* de variação - a continuidade que configura os planos de consistência.

Retomando a divisão inicial vale pensar o espaço enquanto instância de abordagem da sociedade, continente e conteúdo dela. Neste sentido, por meio de variáveis geopolíticas o espaço interioriza o pensamento social, especialmente neste texto, na formação do Estado, que investe de uma valoração simbólica o espaço, pelos processos econômicos, institucionais e ideológicos. Neste sentido, acrescentam-se localizações à idéia de lugar, com os variantes do processo produtivo, de natureza simbólica, tais como a concepção, o controle, o poder, a mercadologia e a mídia operando, com as decorrentes imposições de cânones e de construção de subjetividades inseridas no Estado e no seu sistema produtivo. Um estudo destas formas no levaria longe demais, contudo, vale retomar a divisão inicial, destes territórios numéricos que constituem os lugares para a sua desterritorialização em favor de territórios simbólicos que definem culturas e sistemas. Ou seja, sobre aquele espaço geográfico conjuga-se um espaço de produção de formas, de circulação de valores e de consumo. Territórios aqui, limitados enquanto frações funcionais, são, na nomenclatura deleuziana, segmentares, molares, sistêmicos. Entretanto, como vimos, estas funcionalidades são compostas por linhas e fluxos capazes de desestabilizá-los enquanto sistema. As formas simbólicas, por sua vez, manifestam-se como linguagem, mito e conhecimento, mediando as determinações dos lugares, desenvolvendo uma expressão com valor de nome. É neste sentido que a potência da Arte, excluindo-se ou pondo-se em fuga das falas tipificadas das estruturas simbólicas, ajuda-nos a pensar a virtualidade. A visão óptica da arte favorece um distanciamento que leva a uma deriva dos objetos simbólicos; ao conhecimento artístico.

A dimensão apontada pela Arte Barroca, por exemplo, acrescenta virtualidade à arte no sentido de um deslocamento do olhar; do estabelecimento de um código pictórico não-linear; da

passagem dobrada das formas fechadas às formas abertas; do perspectivismo a uma representação rítmica; da claridade à indeterminação. Dinamizam-se as formas pela instigação de uma lógica de desdobramento e redobramento análoga ao processo que caracterizamos em relação ao território.

O virtual da territorialidade pode ser entendido, conforme aponta Eric Alliez, desde uma analogia com o cérebro-mapa, com as máquinas de pensamento humanas e das imagens que as animam. Neste sentido, associar o virtual à territorialidade implica em trazer a negação dos princípios transcendentais que cercam os territórios, ou seja, rejeitar as concepções de esfera, centro e círculo como esquemas organizacionais. Ou seja, os territórios virtuais criam as condições de possibilidade de um pensamento-acontecimento, de um pensamento que enquanto criação procede por virtualização. Na esteira de Pierre Lévy, virtualizar consiste em transformar a “atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral...a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cava um vazio motor...”. Neste sentido, o novo tem por sujeito um virtual, produtor de complementos. O plano de imanência é, desta forma, definido por esta troca constante entre o atual e o virtual, entre a virtualização do pensamento filosófico e a sua atualização, redistribuição constante no aqui e agora.

Esta instância virtual não pode se confundir, entretanto, com uma esfera metafísica, tampouco com um mecanismo de representação, antes ela favorece a crítica destas pela experiência como fluxo de sensações e percepções distintas, postas em relação. A experiência apresenta-se como movimento de subjetivação que ajusta a imanência ao devir contínuo de intensidades. Neste sentido, este pensamento é ao mesmo tempo um protesto vital contra os princípios.

Retoma-se o monismo como afirmação vitalista da diferença, onde o virtual assume uma realidade intensiva, uma força combinatória dotada de uma potência de singularização. O virtual distingue-se do atual no ponto em que o tempo é cindido. Vestir com uma relação de imanência o

virtual com a sua atualização implica o surgimento da uma imagem-pensamento do cristal do tempo, onde não há distinção entre o virtual e o atual, mas contigüidade expressiva, ou mesmo uma forma diferenciada de multiplicidade onde se dá a coexistência virtual entre o uno e o múltiplo. Recupera-se desta forma a coexistência de virtualidades, num tipo de estrutura com um tempo de atualização multi-serial.

Trata-se de inscrever num corpo a relação com o fora como campo de forças e intensidades: corpo múltiplo e à deriva, com um pensamento nômade que associa criação de conceitos com maneiras de ser no tempo e modos de existência no espaço. Este movimento infinito de virtual-real do qual falávamos forma mundos possíveis desde a perspectiva de um interior como um exterior selecionado ou atualizado, ou do exterior como um interior projetado. Em outras palavras, é nos territórios virtualizados que se torna possível uma teoria do singular como acontecimento.

A virtualidade em sua velocidade e brevidade fora do eixo do tempo mantém-se sobre um princípio de inconsciência. Ela é o sujeito do atual que é o seu complemento ou produto, sua singularidade atualizada. Ambos envolvem um limite de indiscernibilidade pelos movimentos dos círculos de extensão das virtualidades, numa figura que entende ambos, virtual e atual, numa relação de imagem e objeto, numa relação de duplicidade entre eles, uma afetação de partículas. Aquele ponto que falávamos onde a imagem virtual absorve a atualidade do espaço, bem como o atual apresenta-se como virtualidade. Trata-se, pois, de um circuito onde um remete ao outro na sua duplicidade. A possibilidade de territórios virtuais dá-se pela singularização por pontos relevantes a serem selecionados, na forma construtiva desta expressão.

Por fim, caberia uma leitura da força política daquilo que temos chamado de potência virtual do território ou, numa síntese, territórios virtuais. Impossível dissociar, neste sentido, a questão do estado moderno e de suas territorialidades físicas e simbólicas da questão do

totalitarismo como fenômeno que domina o último século. As marcas territoriais deste fenômeno implicam numa centralidade reprodutiva, no envolvimento daqueles que habitam o território, num único objetivo, numa inflação normativa que indica restrições de movimentações dos corpos, no controle, formando aquilo que Deleuze chamou de espaço estriado, molar, segmentar. Neste sentido, o totalitarismo constitui uma virtualidade de declínio permanente, onde o homem é, sobretudo, um desolado frente a uma ordem natural implacável. É neste contexto que Adorno vai propor um pensamento negativo sobre estas negatividades como forma de desmascarar a potencialidade totalitária de todas as formas de poder.

A virtualidade do território vai repugnar esta compreensão de história factual e progressista para interiorizar o devir histórico e fazer dele seu motor. Ou seja, a história como autocriação contingente dos homens. Cabe pensar contra o poder em favor da liberdade, num movimento para fora da esfera de controle das territorialidades de Estado, repensando o desejo que vincula o princípio de recusa e de radicalidade em relação aos lugares de controle. Cabe seguir a rota de deslocamento propiciada pela virtualidade e pelo descentramento em relação ao papel fundador do sujeito a partir do qual se pensava o mundo. Contra o poder da norma, a potencialidade da construção; contra a tecnologia política do corpo, o corpo sem organicidade, fragmentário, livre produto de agenciamento de virtuais onde nada falta ao desejo, sínteses passivas que maquinam os fluxos. Um movimento deste tipo não pode ser inscrito num território de controle, mas ele próprio inscreve-se como energia potencial. A deriva do desejo destrói, neste sentido, a ordem atual, critica mesmo o trabalho como vida dada pelo capital.

Questiona-se, portanto, o ater-se ao território, o seguir suas demarcações regressivas. Só há educação na desobediência, na negação do Nós identificado ao Um. O pensamento nômade ou o território virtual vai propor uma sociedade ou reunião sem estado, reinventando uma força caótica primitiva fora da essência universal do Estado, a qual é centrada na relação de poder, na

sujeição dos homens, no estabelecimento molar de hierarquias artificiais. O espaço estriado que constitui a territorialidade de Estado vai levar à noção de administração organizacional como centro desta esfera moral piramidal. Não é possível dissociar neste ponto religião e política, a religião como o instituído pela sociedade, não como uma instituição transcendente.

Cabe, portanto, perguntar, o que habita o Território: se a fidelidade simbólica, se o edifício do Partido, órgão por excelência do totalitarismo, se a Egocracia como fonte única de mimetismo, ou, por um outro e variado lado, a potência dos territórios virtuais como uma democracia sempre por vir, como uma democracia reinventada pela divisão contínua do espaço social, em ruptura com o Estado e seus aparatos de controle. Ou seja, uma sociedade cuja finalidade não existe a não ser como possibilidade de reinvenção e de geração de relações múltiplas.